

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reclassificado)
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	192.602	236.788
Contas a receber de clientes e outros	5	677.858	821.851
Títulos e valores mobiliários	6	6.761	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	7	56.942	56.276
Estoques		6.324	5.190
Despesas pagas antecipadamente		1.688	2.307
Serviços em curso	8	13.014	10.305
Outros ativos circulantes	9	35.856	19.982
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>991.045</u>	<u>1.178.932</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	245.597	415.170
Títulos e valores mobiliários	6	2.803	8.034
Impostos e contribuições a recuperar	7	17.689	14.490
Impostos e contribuições diferidos	10	322.767	330.918
Depósitos judiciais	11	36.865	30.520
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	464.132	269.623
Outros ativos não circulantes	9	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.467
Intangível	13	1.785.195	1.660.840
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>2.879.940</u>	<u>2.734.220</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.870.985</u>	<u>3.913.152</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	318.791	260.609
Empréstimos e financiamentos	15	173.501	168.648
Debêntures	16	103.750	194.330
Salários e encargos a pagar	17	23.043	18.289
Taxas regulamentares	18	48.446	30.077
Impostos e contribuições a recolher	19	106.177	113.540
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	4.114	22.653
Provisões	21	17.187	8.904
Entidade de previdência privada	31	16.298	15.233
Outros passivos circulantes	22	127.558	54.572
TOTAL DO CIRCULANTE		938.865	886.855
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	26.030	23.994
Empréstimos e financiamentos	15	587.417	559.447
Debêntures	16	359.299	456.782
Taxas regulamentares	18	43.213	38.297
Impostos e contribuições a recolher	19	-	1.654
Provisões	21	50.883	51.659
Entidade de previdência privada	31	282.959	279.500
Outros passivos não circulantes	22	21.621	7.670
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.371.422	1.419.003
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		401.107	386.776
Outros resultados abrangentes		-	14.214
Proposta de distribuição de dividendos adicional		11.337	58.050
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.560.698	1.607.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.870.985	3.913.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reclassificado)
RECEITA LÍQUIDA	24	3.545.861	2.914.133
CUSTO DO SERVIÇO	25	<u>(2.779.872)</u>	<u>(2.110.065)</u>
LUCRO BRUTO		765.989	804.068
Despesas com vendas	25	(509.714)	(244.146)
Despesas gerais e administrativas	25	<u>(174.970)</u>	<u>(129.390)</u>
LUCRO OPERACIONAL		81.305	430.532
Resultado financeiro		<u>(58.592)</u>	<u>(103.543)</u>
Receitas financeiras	26	127.811	137.247
Despesas financeiras	26	<u>(186.403)</u>	<u>(240.790)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		22.713	326.989
Imposto de renda e contribuição social		<u>(7.585)</u>	<u>(43.573)</u>
Corrente	10	553	(54.576)
Diferido	10	10.350	(9.134)
Imposto de renda - SUDENE	10	12	40.629
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	10	<u>(18.500)</u>	<u>(20.492)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>15.128</u>	<u>283.416</u>
LUCRO BÁSICO EDILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		0,2026	3,7948
Preferencial A		0,2026	3,7948
Preferencial B		0,2228	4,1742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício	15.128	283.416
Outros resultados abrangentes		
Ganhos de ativos financeiros da concessão	-	14.694
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros da concessão	-	(7.323)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	7.371
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	15.128	290.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	590.174	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	-	6.843	-	50.357	1.551.371
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	230	-	-	-	-	230
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.357)	(50.357)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	230	-	-	(50.357)	(50.127)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283.416	-	283.416
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	14.694	-	-	14.694
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.323)	-	-	(7.323)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	7.371	-	-	7.371
Destinações:												
Reserva de Incentivo Fiscal/SUDENE	-	-	-	-	40.629	-	-	-	-	(40.629)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.650)	-	(89.650)
Dividendos intermediários (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.087)	-	(95.087)
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	58.050	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	590.174	30.077	454.999	73.004	268.511	118.035	-	230	14.214	-	58.050	1.607.294
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	105	105	-	-	-	105
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	14.214	-	(14.214)	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	(58.050)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	14.214	105	(14.214)	-	(58.050)	(57.945)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.128	-	15.128
Destinações:												
Reserva de Incentivo Fiscal/SUDENE	-	-	-	-	12	-	-	-	-	(12)	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.779)	-	(3.779)
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.337)	11.337	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	335	-	-	11.337	1.560.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ref.:	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	22.713	326.989
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	145.897	141.814
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	142.694	179.955
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(23.790)	-
Valor residual do ativo intangível baixado	7.312	3.375
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	29.391	27.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	314.364	97.095
	<u>638.581</u>	<u>777.110</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(798)	(71.056)
IR e CSLL a recuperar	13.533	(12.711)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(5.245)	19.552
Estoques	(1.134)	(421)
Depósitos judiciais	(5.375)	(6.956)
Despesas pagas antecipadamente	619	(699)
Outros ativos	38.381	(2.343)
	<u>39.981</u>	<u>(74.634)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	60.218	29.792
Salários e encargos a pagar	4.754	(6.089)
Encargos de dívidas e swap pagos	(93.848)	(112.516)
Taxas regulamentares	23.285	(4.299)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(11.588)	(25.780)
Impostos e contribuições a recolher	(9.016)	6.248
Indenizações/contingências pagas	(30.538)	(25.356)
Entidade de previdência privada	(12.362)	(27.594)
Outros passivos	86.936	8.783
	<u>17.841</u>	<u>(156.811)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>696.403</u>	<u>545.665</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(269)	(572)
Aquisição de intangível	(513.078)	(330.065)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(197.200)	(76.317)
Resgate de títulos e valores mobiliários	222.693	62.124
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(487.854)</u>	<u>(344.830)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	146.183	376.782
Captação de debêntures	-	360.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(143.528)	(287.979)
Amortização do principal de debêntures	(182.959)	(224.423)
Obrigações vinculadas	7.833	4.525
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(80.264)	(233.823)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(252.735)</u>	<u>(4.918)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(44.186)</u>	<u>195.917</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	236.788	40.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	192.602	236.788
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(44.186)</u>	<u>195.917</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Ref.:	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		5.049.177	4.360.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(388.275)	(130.303)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		(1.734)	1.003
		<u>4.659.168</u>	<u>4.231.192</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.910.691)	(1.471.709)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(202.477)	(179.965)
Matérias-primas consumidas		(4.550)	(7.950)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(822.569)	(547.215)
		<u>(2.940.287)</u>	<u>(2.206.839)</u>
Valor adicionado bruto		1.718.881	2.024.353
Amortização	(*)	(145.897)	(141.814)
Valor adicionado líquido		1.572.984	1.882.539
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		127.811	137.247
Valor adicionado total a distribuir		1.700.795	2.019.786
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		85.144	78.977
Encargos sociais (exceto INSS)		18.683	17.368
Entidade de previdência privada		13.352	12.791
Auxílio alimentação		9.659	8.985
Convênio assistencial e outros benefícios		5.221	3.900
Despesas com desligamento		8.644	2.195
Férias e 13º salário		20.255	20.795
Plano de saúde		3.260	9.552
Indenizações trabalhistas		3.319	3.861
Participação no resultado		9.835	8.205
Administradores		3.298	2.184
Encerramento de ordem em curso		1.285	1.805
(-) Transferência para Ordens		(39.608)	(37.062)
Subtotal		142.347	133.556
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		21.726	19.747
ICMS		894.149	846.009
PIS/COFINS sobre faturamento		230.626	218.244
Imposto de renda e contribuição social		7.586	43.573
Obrigações intra-setoriais		196.432	229.476
Outros		4.287	2.847
Subtotal		1.354.806	1.359.896
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros e variações cambiais		186.402	240.790
Aluguéis		2.112	2.128
Subtotal		188.514	242.918
Remuneração de Capitais Próprios			
Juros sobre capital próprio		-	89.650
Dividendos distribuídos		3.779	95.087
Dividendos propostos		11.337	58.050
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE		12	40.629
Subtotal		15.128	283.416
Valor adicionado distribuído		1.700.795	2.019.786

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012				2011			
	RS mil				RS mil			
1 - BASE DE CÁLCULO								
Receita Líquida (RL)		2.545.861				2.914.134		
Resultado Operacional (RO)		22.713				526.989		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		156.544				139.281		
Valor Adicionado Total (VAT)		1.700.795				2.019.788		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)								
	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	9.772	6,24	0,28	0,57	9.098	6,53	0,31	0,45
Encargos sociais compulsórios	39.437	25,19	1,11	2,32	35.954	25,81	1,23	1,78
Previdência privada	13.352	8,53	0,38	0,79	12.791	9,18	0,44	0,63
Saúde	3.390	2,17	0,10	0,20	4.584	6,88	0,33	0,47
Segurança e saúde no trabalho	1.507	0,96	0,04	0,09	1.242	0,89	0,04	0,06
Educação	202	0,13	0,01	0,01	185	0,13	0,01	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.556	1,63	0,07	0,15	2.127	1,53	0,07	0,11
Creche ou asilo-infância	559	0,36	0,02	0,03	389	0,28	0,01	0,02
Esporte	239	0,15	0,01	0,01	14	0,01	0,00	0,00
Transporte	885	0,57	0,02	0,05	700	0,50	0,02	0,03
Participação nos lucros ou resultados	9.790	6,25	0,28	0,58	8.205	5,89	0,28	0,41
Outros	1.226	0,78	0,03	0,07	1.302	0,93	0,04	0,06
Total - Indicadores sociais internos	82.915	52,97	2,34	4,85	81.591	58,55	2,80	4,84
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS								
	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	521	0,53	0,00	0,01	542	0,17	0,02	0,03
Cultura	30.272	133,72	0,86	1,79	31.340	9,59	1,06	1,55
Saúde e Saneamento	22	0,10	0,00	0,00	23	0,02	0,00	0,00
Desenvolvimento Social	20.262	89,21	0,57	1,19	21.090	6,42	0,72	1,04
Eletificação para população rural e carente	62.402	275,14	1,76	3,67	57.236	17,50	1,96	2,83
Outros	58	0,26	0,00	0,00	186	0,06	0,01	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	113.327	498,95	3,20	6,66	110.380	33,76	3,79	5,46
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.311.083	5.772,04	36,97	77,08	1.251.105	382,63	42,93	60,95
Total - Indicadores sociais externos	1.424.310	6.370,99	40,17	83,74	1.361.545	416,39	46,72	67,41
4 - INDICADORES AMBIENTAIS								
	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Investimentos relacionados com a operação da empresa</u>	(111.997)	493,10	3,16	6,58	53.502	0,17	0,02	0,03
<u>Investimentos em programas e em projetos externos</u>	13.953	61,43	0,39	0,82	19.053	5,83	0,65	0,94
Total dos investimentos em meio ambiente	125.950	554,53	3,55	7,41	72.555	22,19	2,49	3,59
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		125				52		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente		5				2.255		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%,	() Cumpre de 51 a 75%	(X) Cumpre de 76 a 100%	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%,	() Cumpre de 51 a 75%	(X) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL								
Nº de empregados(as) ao final do período		1.694				1.661		
Nº de admissões durante o período		185				101		
Nº de desligamentos durante o período		152				116		
Nº de empregados(as) terceirizados (1)		6.142				5.813		
Nº de empregados(as) (1)		109				105		
Nº de empregados acima de 45 anos		788				824		
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos		1						
de 18 a 35 anos		433				554		
de 36 a 60 anos		1.056				1.102		
acima de 60 anos		4				5		
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:								
analfabetos		163				143		
com ensino fundamental		917				809		
com ensino médio / técnico		462				509		
com ensino superior		152				200		
Nº de empregados por sexo:								
homens		1.319				1.309		
mulheres		375				352		
% de cargos de chefia por sexo:								
homens		77,86%				74,64%		
mulheres		22,14%				25,36%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		583				533		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		25,18%				24,64%		
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)		55				50		
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados		152.673				136.706		
Administradores		3.871				2.576		

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

-continuação-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		29,72				27,60
Nº total de acidentes de trabalho		46				122
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados	() todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva

Contratando Client:

Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
na empresa		118.305				141.644
no procon		2.254				1.430
na justiça		7.571				7.815
% das reclamações e críticas solucionadas:						
na empresa		100%				98,92%
no procon		87%				97,90%
na justiça		67%				136,37%

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:		13.054				5.022
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------	--	--	--	-------

1. Manutenção em 2. Treinamento dos supervisores e coordenadores nos diversos processos técnicos e comerciais, para registro e tratamento de reclamações;	3. Manutenção da parceria com o PROCON-PE e PROCON-Recife para análise de ocorrências através de Carta de Informações Preliminares - CIP - Eletrônicas (via internet);	4. Análise sistêmica das ocorrências de reclamações, identificando as não conformidades e adotando medidas para mitigar as causas;	1. Compartilhamento com as áreas executoras de objetivos corporativos referentes a reclamações (RR, e RCP).	2. Certificação NBR ISO 9001/10002 no processo de Tratamento de Reclamações e Danos Eletrônicos, em novembro/11.	3. Melhoria dos procedimentos comerciais.	4. Convênio com o PROCON-PE para recebimento de reclamações via CIP eletrônica, evitando abertura de processos.
5. Gestão do processo de 6. Novas Certificações ISO 9001 em Novembro/2012 para indicadores gerenciais gerais e regionalizados, tais como RCP, RR, IRP, TMRP, DER, FER, etc;	7. Auditorias internas e externas para a gestão da qualidade nos processos comerciais;	8. Certificados em Novembro/2012 os procedimentos para tratamento de reclamação referentes a ligação nova, obras (ONL) e arrecadação (FAR);	5. Capacitação de atendentes próprios e de empresas prestadoras de serviços.			

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:						
9. Citação em Junho/2012 do Comitê de Reclamações da Empresa, com foco nas ações para redução do volume de reclamações, ritos regulatórios e aumento da satisfação do cliente;	10. Implementação de respostas às reclamações via e-mail a partir de Outubro/2012.					

Contingências e passivos trabalhistas:

Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade		538				445
julgados precedentes		210				335
julgados improcedentes		57				48
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		16.481				7.441
Valor Adicionado Total a Distribuir						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		1.700.795				2.019.789
Aos Governos (%)		79,66%				67,33%
Aos Colaboradores (%)		8,37%				6,61%
Aos Acionistas (%)		0,89%				14,03%
A terceiros (%)		11,08%				12,03%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 10.835.932/0001-08 - Concessionária do serviço público de energia elétrica - Pernambuco
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Fone: (81-3217.5132), e-mail: liane.cyrano@celpe.com.br
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Informações examinadas pelos auditores independentes.
(1) Informações não auditadas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Distribuição	Municípios	Localidade	Data da Concessão	Data de Vencimento
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/3/2000	30/3/2030
	1	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	30/3/2000	30/3/2030
	1	Estado da Paraíba	30/3/2000	30/3/2030

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina com as seguintes especificações:

Geração	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	4,08	1,60	21/12/1989	21/12/2019

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Receita Faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro de concessão.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 29).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos designados são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013) o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis e a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Eventuais déficits ou superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

2.26 – Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.27 – Novos Pronunciamentos Contábeis

2.27.1 – Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes pronunciamentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 – Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref	31/12/11	
		Balanco Patrimonial	
		Publicado	Reclassificado
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes e outros	(a)	815.392	821.851
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	53.433	56.276
Despesas pagas antecipadamente	(b) / (c)	5.161	2.307
Serviço em curso	(d)	58.851	10.305
Outros ativos circulantes	(a) / (c)	26.430	19.982
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	(e)	57.838	8.034
Impostos e contribuições sociais diferidos	(f)	164.542	330.918
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(f)	212.392	-
Passivo circulante			
Taxas regulamentares	(d)	63.990	30.077
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	(e)	609.251	559.447
Taxas regulamentares	(d)	52.930	38.297
Impostos e contribuições sociais diferidos	(f)	46.016	-

	Ref	31/12/11	
		Demonstração do Resultado	
		Publicado	Reclassificado
Custo			
Custo do serviço	(g)	(2.185.354)	(2.110.065)
Despesas			
Despesas com vendas	(g)	(168.910)	(244.146)
Despesas gerais e administrativas		(129.337)	(129.390)

Notas:

- (a) Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda (R\$ 6.459 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de outros ativos circulantes.
- (b) Reclassificação das contas PIS Efetivo e COFINS Efetivo, da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de impostos e contribuições a recuperar, no valor de R\$ 2.843.
- (c) Reclassificação da conta encargos financeiros da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de outros ativos circulantes, no valor de R\$ 11.
- (d) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares.
- (e) Apresentação da dívida, líquida das garantias vinculadas.
- (f) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32.

(g) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1 - Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.2 - Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

b) Contratos de construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

e) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	13.459	12.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.229	3.205
Fundos de investimento	158.914	221.267
	<u>192.602</u>	<u>236.788</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.301.184	1.345.253
Títulos a receber	(b)	2.214	2.257
Comercialização de energia na CCEE	(c)	53.063	27.447
Disponibilização do sistema de distribuição		19.779	15.273
Serviços prestados a terceiros		2.472	2.739
Serviços taxados e administrativos		51.100	63.140
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	33.296	6.459
Outros créditos		38.477	38.219
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	<u>(578.130)</u>	<u>(263.766)</u>
Total		<u>923.455</u>	<u>1.237.021</u>
Circulante		677.858	821.851
Não circulante		245.597	415.170

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	144.599	55.113	412.510	612.222	648.148	(412.510)	(141.145)
Industrial	57.297	5.800	80.839	143.936	157.710	(63.809)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	87.453	15.429	62.210	165.092	171.912	(45.348)	(25.507)
Rural	25.180	5.702	50.242	81.124	76.682	(24.845)	(28.491)
	<u>314.529</u>	<u>82.044</u>	<u>605.801</u>	<u>1.002.374</u>	<u>1.054.452</u>	<u>(546.512)</u>	<u>(240.648)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	8.145	663	2.550	11.358	11.718	(1.155)	(1.358)
Estadual	14.306	200	833	15.339	15.724	(1.099)	(1.292)
Municipal	85.266	8.126	7.141	100.533	105.425	(5.649)	(12.464)
	<u>107.717</u>	<u>8.989</u>	<u>10.524</u>	<u>127.230</u>	<u>132.867</u>	<u>(7.903)</u>	<u>(15.114)</u>
Iluminação pública	10.500	7.732	10.097	28.329	35.280	(2.386)	(1.783)
Serviço público	23.497	1.357	6.628	31.482	37.826	(595)	(4.274)
Fornecimento não faturado	111.769			111.769	84.828	-	-
Total	<u>568.012</u>	<u>100.122</u>	<u>633.050</u>	<u>1.301.184</u>	<u>1.345.253</u>	<u>(557.396)</u>	<u>(261.819)</u>
Circulante				1.064.199	960.958	(541.675)	(96.985)
Não circulante				236.985	384.295	(15.721)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor público	36	3	27	66	110	(27)	(44)
Setor privado	966	107	1.075	2.148	2.147	(2.025)	(1.903)
Total	<u>1.002</u>	<u>110</u>	<u>1.102</u>	<u>2.214</u>	<u>2.257</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(1.947)</u>
Circulante				1.662	1.255	(1.555)	(1.104)
Não circulante				552	1.002	(497)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 33.296, (R\$ 6.459 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro (R\$ 16.344) e dezembro (R\$ 16.952) de 2012.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir: a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	<u>Consumidores</u>	<u>Títulos a receber</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	-	(263.766)
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	-	56.148
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(557.396)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(578.130)</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	-	17.750
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	307
Bradesco	(2)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	1.119	7.502
Bradesco		LFT	mar-13	CDI	22	226
Caixa Econômica Federal	(2)	CDB	diversos	CDI	5.230	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	-	6.261
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	-	112
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	-	1.194
Banco Itaú	(2)	CDB	jul-12	CDI	-	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.397	565
Banco Itaú	(2)	CDB	jul-13	CDI	68	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	1.684	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-13	CDI	44	-
Total					<u>9.564</u>	<u>34.267</u>
Circulante					6.761	26.233
Não circulante					2.803	8.034

- (1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).
(2) Constituem garantia para leilão de energia.
(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.267
Aplicações	197.200
Resgates	(222.693)
Remuneração	789
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>9.564</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	15.044	20.898
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	10.417	5.943
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.397	16.494
Programa de integração social - PIS	(c)	1.722	1.226
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	7.949	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.998	3.258
Imposto sobre serviços - ISS		415	345
		<u>56.942</u>	<u>56.276</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.689	14.490
		<u>17.689</u>	<u>14.490</u>
Total		<u>74.631</u>	<u>70.766</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008.

8. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/12	31/12/11
Serviço próprio	3.092	3.264
Serviços prestados a terceiros	8.637	5.921
Transf. fabric. reparo de materias	1.285	1.120
Total	<u>13.014</u>	<u>10.305</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

9. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		812	1.288
Adiantamentos a fornecedores	(a)	15.008	13
Serviços prestados a terceiros		4.198	4.930
Alienações em curso		2.037	1.614
RGR a compensar		-	114
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.086	5.030
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		2.998	1.329
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		647	594
Total		<u>38.014</u>	<u>22.140</u>
Circulante		35.856	19.982
Não circulante		2.158	2.158

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Valor de adiantamento as cooperativas, referente à aquisição dos seus ativos pela Celpe, conforme acordo firmado em 06/09/2012.

(b) Valor referente a débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil - RFB no parcelamento PAES e cuja revisão já está sendo realizada por este órgão por solicitação da Companhia.

(c) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda e contribuição social	(I)	128.876	118.526
Diferido ativo		154.882	164.542
Diferido passivo		(26.006)	(46.016)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	193.891	212.392
Total		<u>322.767</u>	<u>330.918</u>

(I) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	31/12/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	386.827	96.707	351.467	87.867
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	357.431	32.169	340.656	30.659
Total		<u>128.876</u>		<u>118.526</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	76.716	76.716	55.087	55.087
Provisão para passivo atuarial	295.887	295.887	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	1.032	1.032	927	927
Provisão para contingências	68.070	68.070	60.564	60.564
Provisão PLR	4.900	4.900	2.541	2.541
Prejuízo fiscal	6.045	6.045	-	-
Incentivo fiscal Sudene	29.396	-	10.811	-
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	(22.345)	(22.345)	61.593	61.593
Outros	3.615	3.615	3.614	3.614
Total Ativo	<u>463.315</u>	<u>433.919</u>	<u>486.809</u>	<u>475.998</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Fair value de derivativos	(43)	(43)	25	25
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção ini	(45.327)	(45.327)	(21.537)	(21.537)
Ajuste da quota anual de amortização	633	633	(1.654)	(1.654)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(59.965)	(59.965)	(48.636)	(48.636)
Ativos e passivos regulatórios	22.345	22.345	(61.593)	(61.593)
Custo de captação	(1.206)	(1.206)	(1.947)	(1.947)
Encerramento de ordem de serviço	7.074	7.074	-	-
Total Passivo	<u>(76.488)</u>	<u>(76.488)</u>	<u>(135.342)</u>	<u>(135.342)</u>
Total Líquido	<u>386.827</u>	<u>357.431</u>	<u>351.467</u>	<u>340.656</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	31/12/2012
	Ativo
2013	65.059
2014	18.020
2015	26.313
2016	31.551
2017	13.939
Total	<u>154.882</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Ref.	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	22.713	22.713	326.989	326.989
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(18.500)	(18.500)	(20.492)	(20.492)
Ajustes decorrentes do RTT	58.854	58.854	(48.956)	(48.956)
Juros sobre capital próprio	-	-	(89.650)	(89.650)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	63.067	63.067	167.891	167.891
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.767	5.676	41.973	15.110
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	68	25	432	156
Multas indedutíveis	26	9	450	162
Depreciação veículos executivos	39	14	60	21
Excesso despesas previdenciárias	3.986	1.435	3.511	1.264
Participação no resultado	318	115	-	-
Outras adições	267	96	2.638	(355)
	4.705	1.694	7.091	1.248
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(8.978)	(3.232)	(9.945)	(3.580)
Incentivo fiscal SUDENE	(12)	-	(40.629)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	-	-	(2.059)	-
Outras exclusões	(1.473)	(404)	-	-
	(10.463)	(3.636)	(52.633)	(3.580)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.009	3.734	(3.569)	12.778
Diferido de diferença temporária de RTT	(19.361)	(5.297)	9.501	4.371
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.352)	(1.563)	5.932	17.149
Corrente	(512)	(53)	(69)	14.016
Recolhidos e Pagos	5.560	6.028	8.706	17.074
Compensados e deduzidos	7.134	1.532	8.641	1.504
Impostos antecipados a recuperar	(13.206)	(7.613)	(17.416)	(4.562)
Diferido	(8.840)	(1.510)	6.001	3.133
	(9.352)	(1.563)	5.932	17.149

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(II) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(869.772)
Reversão acumulada	574.050
Saldos em 31 de dezembro de 2011	212.392
Amortização	(54.413)
Reversão	35.912
Saldos em 31 de dezembro de 2012	193.891
Ativo Não Circulante	193.891

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde agosto de 2001, em 336 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 192, de 31 de maio de 2001, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio					
Ano	CELPE	Ano	CELPE	Ano	CELPE
2012	0,03641	2018	0,02682	2024	0,01860
2013	0,03480	2019	0,02573	2025	0,01773
2014	0,03342	2020	0,02335	2026	0,01690
2015	0,03202	2021	0,02238	2027	0,01609
2016	0,02918	2022	0,02140	2028	0,01476
2017	0,02798	2023	0,02045		

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/12	31/12/11
Trabalhistas	8.437	7.172
Cíveis	16.715	12.955
Fiscais:	11.713	10.393
PIS / COFINS	946	111
Impostos municipais	3.283	2.844
INSS	1.090	1.032
IOF	6.265	6.265
Outros	129	141
Total	36.865	30.520

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		269.623
Baixas		(5)
Transferências	(a)	170.724
Atualização monetária / valor justo		<u>23.790</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u><u>464.132</u></u>

(a) Transferência do Intangível devido à remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide nota explicativa nº 13) no montante de R\$ 79.426 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 91.298.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/12				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,90%	3.195.009	(1.385.084)	(180.925)	1.629.000	1.470.311
Em curso						
Direito de uso da concessão		162.566	-	(6.371)	156.195	190.529
Total		<u>3.357.575</u>	<u>(1.385.084)</u>	<u>(187.296)</u>	<u>1.785.195</u>	<u>1.660.840</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.886.494	(1.240.184)	(203.382)	1.442.928	164.938	(6.006)	158.932	1.601.860
Adições	-	-	(609)	(609)	330.674	(4.525)	326.149	325.540
Baixas	(5.053)	3.578	(3.244)	(4.719)	1.153	191	1.344	(3.375)
Amortizações	-	(152.637)	10.823	(141.814)	-	-	-	(141.814)
Transferências - Intangíveis	300.043	-	(4.147)	295.896	(300.043)	4.147	(295.896)	-
Transferências - Ativos financeiros	(124.229)	-	1.093	(123.136)	-	-	-	(123.136)
Transferências - Outros	-	1.765	-	1.765	-	-	-	1.765
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	196.722	(6.193)	190.529	1.660.840
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(221.476)	213.558	513	(7.405)	98	-	98	(7.307)
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(186.734)	-	16.010	(170.724)	-	-	-	(170.724)
Transferências - Outros	-	(55.594)	-	(55.594)	(1.368)	-	(1.368)	(56.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.195.009</u>	<u>(1.385.084)</u>	<u>(180.925)</u>	<u>1.629.000</u>	<u>162.566</u>	<u>(6.371)</u>	<u>156.195</u>	<u>1.785.195</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:	257.199	187.456
Terceiros	184.722	119.306
Partes relacionadas	72.477	68.150
Encargos de uso da rede	23.040	20.626
Terceiros	22.968	20.558
Partes relacionadas	72	68
Materiais e serviços	38.552	52.527
Terceiros	38.162	51.259
Partes relacionadas	390	1.268
Energia livre	26.030	23.994
Total	344.821	284.603
Circulante	318.791	260.609
Não circulante	26.030	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Taxa	Encargos	Principal		Total	
	Efetiva	Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	10% a.a	56	10.923	-	10.979	21.992
BNB	10% a.a	7	1.400	-	1.407	16.811
BNB 6	10% a.a.	100	26.884	67.211	94.195	121.108
(-) Custos de transação		-	(102)	(108)	(210)	(348)
		100	26.782	67.103	93.985	120.760
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa /	1.125	56.375	273.035	330.535	261.945
(-) Custos de transação		-	(2)	(2)	(4)	(7)
		1.125	56.373	273.033	330.531	261.938
Eletrobrás	6% a.a / 7% a.a	211	9.911	30.976	-	54.931
(-) Custos de transação		-	(30)	(24)	-	(89)
		211	9.881	30.952	-	54.842
FINEP	TJLP + 5% aa	89	6.795	36.777	-	41.062
(-) Custos de transação		-	(106)	(205)	-	(314)
		89	6.689	36.572	-	40.748
Banco do Brasil	99,5% CDI	51.591	-	156.761	208.352	181.236
Operações com swap		-	-	(21.398)	-	(8.721)
		51.591	-	135.363	208.352	172.515
Banco do Brasil	98,5% CDI	14.757	-	75.000	89.757	82.892
(-) Custos de transação		-	(610)	(17)	(627)	(1.190)
		14.757	(610)	74.983	89.130	81.702
Outros	TR + 1,6% / TR + 2,1%	-	10	7	17	52
Total moeda nacional		67.936	111.448	618.013	797.397	771.360
Moeda estrangeira						
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	-	1.357	4.431	5.788	6.205
Operações com swap		-	(122)	(659)	(781)	334
		-	1.235	3.772	5.007	6.539
Total moeda estrangeira		-	1.235	3.772	5.007	6.539
(-) Depósitos em Garantias			(7.118)	(34.368)	(41.486)	(49.804)
Total		67.936	105.565	587.417	760.918	728.095

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 123.260 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: A Companhia recebeu R\$ 9.152 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em novembro de 2011. O contrato tem vencimento em dezembro de 2018, será amortizado em 61 parcelas mensais a partir de dezembro de 2013, com custo de 4% a.a. e juros pagos mensalmente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: BNDES FINEM 2006 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 3,5 e Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,50. Foi solicitado o waiver ao banco líder pelo descumprimento do índice endividamento financeiro/Ebitda em dezembro de 2012.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB 1	30/11/04	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 6	27/06/08	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Recebíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria.
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5 % a.a.	Não aplicável	2015	Receita Própria e Nota Promissória
FINEP	14/10/09	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia.
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/L's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/L's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R\$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	28/01/11	R\$	Rest. da Dívida	98,5% CDI	Não aplicável	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (A8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (B8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
FINEP 2011	25/11/11	R\$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	4% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Moeda Nacional	31/12/12		31/12/11	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	431.234	54,1%	443.674	57,5%
TJLP	277.015	34,7%	245.933	31,9%
TR	17	0,0%	52	0,0%
CDI	89.131	11,2%	81.701	10,6%
Total	<u>797.397</u>	<u>100,0%</u>	<u>771.360</u>	<u>100,0%</u>
Principal	729.461		731.497	
Encargos	67.936		39.863	

Moeda Estrangeira	31/12/12			31/12/11		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Euro	1.993	<u>5.007</u>	100,0%	2.496	<u>6.539</u>	100,0%
Total		<u>5.007</u>			<u>6.539</u>	
Principal		5.007			6.539	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Moeda / Indexador	Variação %	
	31/12/12	31/12/11
EURO	10,73	9,25
Dólar norte-americano	8,94	12,58
IGP-M	7,82	5,10
FINEL	-	1,00
TJLP	5,75	6,00
CDI	8,95	11,64
SELIC	8,66	11,84
TR	0,38	1,26

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	98.563	(816)	97.747
2014	327.301	(188)	327.113	309.686	(165)	309.521
2015	115.228	(104)	115.124	89.836	(85)	89.751
2016	89.334	(46)	89.288	63.831	(33)	63.799
2017	64.288	(19)	64.269	35.971	(10)	35.961
Após 2017	<u>25.993</u>	<u>(3)</u>	<u>25.990</u>	<u>12.472</u>	<u>-</u>	<u>12.472</u>
Total obrigações	<u>622.144</u>	<u>(360)</u>	<u>621.784</u>	<u>610.360</u>	<u>(1.109)</u>	<u>609.251</u>
(-) Depósitos em Garantias			(34.367)			(49.804)
Total			<u>587.417</u>			<u>559.447</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	153.151	437.227	1.372	6.214	597.964
Ingressos	4.526	229.256	143.000	-	376.782
Encargos	63.873	77	1.062	-	65.012
Varição monetária e cambial	-	-	(6.833)	471	(6.362)
Swap	-	(1.116)	10.627	(490)	9.021
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(257)	-	-	(257)
Transferências	122.201	(122.201)	1.196	(1.196)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(176.678)	-	(148.884)	-	(325.562)
Mov. depósitos em Garantias	-	10.165	-	-	10.165
(-) Custos de transação	35	1.297	-	-	1.332
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	554.448	1.540	4.999	728.095
Ingressos	18.730	127.453	-	-	146.183
Encargos	64.751	-	260	-	65.011
Varição monetária e cambial	-	-	132	499	631
Swap	-	(6.791)	(434)	(394)	(7.619)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(67)	3	3	(61)
Transferências	107.442	(107.442)	1.335	(1.335)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(178.860)	(11)	(1.601)	-	(180.472)
Mov. depósitos em Garantias	(7.118)	15.436	-	-	8.318
(-) Custos de transação	213	619	-	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918

16. DEBÊNTURES

Debêntures (*)	Série	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/12/12		Total	Total
					Encargos	Principal		
					Circulante	Não Circulante		
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	108,5% do CDI	15,27% a.a	1.154	97.959	-	99.113
(-) Custos de transação					-	(162)	-	(808)
					1.154	97.797	-	98.951
3ª Emissão	Única	105% do CDI	105% do CDI	13,67% a.a	-	-	-	85.293
(-) Custos de transação					-	-	-	(76)
					-	-	-	85.217
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	111,3% do CDI	14,65% a.a	5.113	-	360.000	365.113
(-) Custos de transação					-	(314)	(701)	(1.324)
					5.113	(314)	359.299	364.098
Total					6.267	97.483	359.299	463.049

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em setembro de 2012, foi realizada a Assembleia Geral dos Debenturistas da 4ª emissão de Debêntures, na qual foi aprovada que a apuração dos índices seja feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Interviente Garantidor (Neoenergia) a partir do terceiro trimestre de 2012 até a data de vencimento.

No mês de setembro de 2012 houve também a liquidação da 3ª emissão de debêntures.

Em dezembro de 2012, foi realizada a Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª emissão de Debêntures, na qual foi incluída a Neoenergia como interveniente garantidora e aprovada que a apuração dos índices seja feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Interviente Garantidor (Neoenergia) a partir do terceiro trimestre de 2012 até a data de vencimento.

(b) Garantias

Para a 2ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador. Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	97.959	(476)	97.483
2014	-	(312)	(312)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	360.000	(701)	359.299	457.959	(1.177)	456.782

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	229.755	280.035	509.790
Ingressos	-	360.000	360.000
Encargos	79.418	-	79.418
Variação monetária e cambial	1.279	-	1.279
Transferências	182.959	(182.959)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(299.356)	-	(299.356)
(-) Custos de transação	275	(294)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	50.770	-	50.770
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(239.864)	-	(239.864)
(-) Custos de transação	693	338	1.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.749	359.300	463.049

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/12	31/12/11
Salários	6.668	5.451
Provisões férias e 13º salário	6.380	5.913
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	4.327	3.580
Provisão PLR	4.900	2.541
Outros	768	804
Total	<u>23.043</u>	<u>18.289</u>

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	-	3.015
Conta de Consumo de Combustível – CCC		11.299	16.710
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.234	1.995
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.210	925
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		605	462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	22.936	25.799
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	21.408	9.866
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	491
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		29.661	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.815	1.388
Total		<u>91.659</u>	<u>68.374</u>
Circulante		48.446	30.077
Não circulante		43.213	38.297

- (a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.
- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	255	373
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	75.962	80.854
Programa de integração social - PIS	3.411	3.659
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	15.730	16.856
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.185	2.423
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.045	988
Imposto sobre serviços - ISS	1.445	1.564
Parcelamento de tributos	-	790
Outros	6.144	6.033
	<u>106.177</u>	<u>113.540</u>
Não circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.654
	<u>-</u>	<u>1.654</u>
Total	<u>106.177</u>	<u>115.194</u>

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos aos seus acionistas, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGO de 18 de abril de 2012	Dividendos	58.050	0,7772528	0,7772528	0,8549781
		<u>58.050</u>			
<u>2011</u>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
AGO de 26 de abril de 2011	Dividendos	50.357	0,6742471105	0,6742471105	0,7416718215
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos	95.087	1,2731505726	1,2731505726	1,4004656298
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	22.411	0,3000670852	0,3000670852	0,3300737938
		<u>235.094</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, as ações preferenciais classe “A” terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais classe “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/12	31/12/11
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	2.240	35.975
Ações preferenciais classe "A"	1.512	24.279
Ações preferenciais classe "B"	28	443
Total	<u>3.779</u>	<u>60.697</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	15.128	283.416
Incentivo fiscal SUDENE	(12)	(40.629)
Amortização do ágio incorporado	54.414	60.271
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(35.913)	(39.779)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	<u>(18.500)</u>	<u>(20.492)</u>
Base de cálculo do dividendo	<u>15.117</u>	<u>242.787</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>3.779</u>	<u>60.697</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Dividendos Intermediários - R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB (2011 R\$ 1,2731506 por ação ON e R\$ 1,2731506 por ação PNA e R\$ 1,4004656 por ação PNB)	-	95.087
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB (2011 R\$ 1,2003487 por ação ON e R\$ 1,2003487 por ação PNA e R\$ 1,3203835 por ação PNB)	-	89.650
Dividendos Propostos - R\$ 0,0337821 por ação ON e R\$ 0,1997581 por ação PNA e R\$ 0,0371603 por ação PNB (2011 R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB)	3.779	-
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,1686130 por ação ON e R\$ 0,0026369 por ação PNA e R\$ 0,1854743 por ação PNB (2011 R\$ 0,7772528 por ação ON e R\$ 0,7772528 por ação PNA e R\$ 0,8549781 por ação PNB)	11.337	58.050
Total Bruto	<u>15.116</u>	<u>242.787</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*).	<u>-</u>	<u>(656)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre à incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.653
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	58.050
Propostos	3.779
Pagos no período	(80.263)
Prescritos	(105)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.114</u>

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 17.187 classificadas no passivo circulante (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 50.883 no não circulante (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2011) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.406	32.722	1.435	60.563
Constituição	15.572	18.957	-	34.529
Baixas/reversão	(17.987)	(17.682)	(7)	(35.676)
Atualização	2.786	5.829	39	8.654
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>26.777</u>	<u>39.826</u>	<u>1.467</u>	<u>68.070</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/12/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	3.407	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.407	3.159
	12.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.400	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	23.022	1ª, 2ª e 3ª	Provável	23.022	22.912
	45.591	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.012	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	348	1ª, 2ª e 3ª	Provável	348	335
	1.190	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	114.961	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>210.313</u>			<u>26.777</u>	<u>26.406</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	5.279	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.279	5.395
		2.778	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.989	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	10.212	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.212	6.203
		88.866	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		681	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	8.096	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.096	8.305
		63.925	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.177	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	6.222	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.222	3.402
		67.597	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.782	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.134	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.134	5.663
		31.912	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.299	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		2.779	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		72	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		3.732	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.609	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.896	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.904	1.063
		4.811	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		462	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		753	1ª, 2ª e 3ª	Provável	753	640
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		2.188	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	194	1ª, 2ª e 3ª	Provável	194	2.023
		3.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		95.265	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>424.117</u>			<u>39.826</u>	<u>32.722</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado			31/12/12	31/12/11
ICMS	(1)	314.912 1	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
ISS	(2)	1.170 23.252 1.260	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	394 - -	383 - -
CPMF		3.075	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL		2.256 25.462	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	189 -	184 -
TLF/IPTU		2.345 279	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
PIS/COFINS		21.308	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(3)	4.412 18.324	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	381 -	371 -
IRPJ	(4)	6.741 674.971	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	503 -	490 -
Taxas Diversas		5.413 4.385	Administrativa Administrativa	Possível Remota	- -	- -
Outras	(5)	- 49.868 12	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	- - -	7 - -
Total		<u>1.159.446</u>			<u>1.467</u>	<u>1.435</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546, decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de Infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de Infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(1)	12.165	12.135
Empregados - adiantamento acordo coletivo		17	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.221	6.393
Convênios		47	22
Caução em garantia	(2)	24.823	9.876
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	8.590	8.466
Adiantamentos recebidos	(4)	17.587	19.930
Coperativas - Aquisição de Ativos	(5)	73.318	-
Outras		4.604	3.602
Total		149.179	62.242
Circulante		127.558	54.572
Não circulante		21.621	7.670

- (1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (3) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.
- (4) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.
- (5) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi a definida pela ANEEL atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nº de Ações (EM UNIDADES)								
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.022.540	99,6	464.272	6,1	400.375	53,9	66.887.187	89,6
Outros	280.153	0,4	7.102.982	93,9	342.066	46,1	7.725.201	10,4
Total	66.302.693	100,0	7.567.254	100,0	742.441	100,0	74.612.388	100,0

R\$ (EM REAIS)								
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229.239	99,6	3.672.328	6,1	3.166.911	53,9	529.068.479	89,6
Outros	2.215.972	0,4	56.183.614	93,9	2.705.695	46,1	61.105.281	10,4
Total	524.445.211	100,0	59.855.942	100,0	5.872.607	100,0	590.173.759	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 8).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 12 (R\$ 40.629 em 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de energia	(a)	1.908.798	1.641.915
Receita de distribuição		1.864.358	1.629.639
Remuneração financeira wacc		44.440	12.276
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	93.246	14.433
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	2.472.502	2.323.255
Receita de distribuição		2.414.970	2.305.893
Remuneração financeira wacc		57.532	17.362
Receita de construção da infraestrutura da concessão		513.849	326.703
Outras receitas	(d)	60.782	54.186
Total receita bruta		5.049.177	4.360.492
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.503.316)	(1.446.359)
Total receita operacional líquida		3.545.861	2.914.133

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						
Residencial	2.845.013	2.735.590	4.028.386	3.932.543	1.658.224	1.470.918
Industrial	12.498	12.797	1.525.769	1.997.211	595.109	689.475
Comercial	200.777	197.712	2.208.396	2.097.455	1.017.760	909.140
Rural	156.183	173.076	643.751	556.988	146.755	132.206
Poder público	22.150	21.650	612.058	574.784	272.239	246.382
Iluminação pública	5.294	5.117	384.963	412.894	101.562	102.415
Serviço público	3.024	2.761	621.726	604.235	192.542	178.621
Consumo próprio	253	242	12.620	13.828	-	-
Suprimento	28	30	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	26.941	7.843
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(2.284.501)	(2.198.164)
	3.245.220	3.148.975	10.037.669	10.189.938	1.726.631	1.538.836
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	182.167	103.079
Total	3.245.220	3.148.975	10.037.669	10.189.938	1.908.798	1.641.915

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

Receita Anual (RA0)	3.046.211.729
Encargos Setoriais	278.042.510
Compra de Energia Elétrica	1.665.122.155
Transporte de Energia	188.528.527
Parcela A	2.131.693.191
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	1.149.086.190
Receita Requerida (Parcela A +B)	3.280.779.381
CVA e Neutralidade	(59.022.598)
Componentes Financeiros	30.356.379
Subsídios Tarifários	28.930.895
Total Comp. Financeiros e Subsídios	264.675
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	7,70%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	0,01%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	7,71%
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	5,40%

(*) Informação não auditada.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		188.001	125.091
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	2.284.501	2.198.164
		<u>2.472.502</u>	<u>2.323.255</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	31/12/12	31/12/11
Renda da prestação de serviços	15.233	8.253
Arrendamentos e aluguéis	21.875	15.431
Serviço taxado	6.352	3.841
Taxa de iluminação pública	7.947	7.100
Administração de faturas de fraudes	(7.241)	1.912
Comissão serviços de terceiros	469	370
Multa infração consumidor	6.241	16.647
Ressarcimento Comercialização de Energia	8.769	-
Outras receitas	1.137	632
	<u>60.782</u>	<u>54.186</u>

(e) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
ICMS	(894.149)	(846.009)
PIS	(74.301)	(66.886)
COFINS	(342.210)	(308.482)
ISS	(2.121)	(1.476)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(24.760)	(31.008)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(26.809)	(23.939)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(97.757)	(136.232)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(18.308)	(13.080)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(5.724)	(4.829)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.862)	(2.414)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.729)	(4.760)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(8.586)	(7.244)
Total	<u>(1.503.316)</u>	<u>(1.446.359)</u>

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		31/12/12			31/12/11
	Ref.	Custo do serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(a)	(69.110)	(27.059)	(50.664)	(137.903)
Administradores		-	-	(3.887)	(2.609)
Entidade de previdência privada		(4.064)	(1.490)	(7.798)	(12.791)
Material		(9.687)	(446)	(639)	(11.717)
Combustível para produção de energia		(4.129)	-	-	(7.215)
Serviços de terceiros		(131.810)	(62.615)	(57.690)	(182.338)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(3.358)	(2.539)	-	(5.970)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(1.747.126)	-	-	(1.336.212)
Encargos de uso de rede	(c)	(183.920)	-	-	(163.317)
Amortização	(d)	(108.555)	(24.179)	(9.964)	(138.242)
Arrendamentos e aluguéis		(573)	(702)	(693)	(1.970)
Tributos		(1.152)	(161)	(853)	(1.371)
Provisões líquidas - PCLD		-	(314.364)	-	(97.094)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(73.911)	-	(33.209)
Provisões líquidas - contingências		-	-	1.148	(1.235)
Provisões atuariais		-	-	(8.463)	7.577
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(513.848)	-	-	(326.703)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação		-	-	(1.734)	1.003
Outros	(e)	(2.540)	(2.248)	(33.733)	(32.285)
Total custos / despesas		<u>(2.779.872)</u>	<u>(509.714)</u>	<u>(174.970)</u>	<u>(2.483.601)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Pessoal

	31/12/12	31/12/11
Remunerações	(85.144)	(78.977)
Encargos sociais	(39.820)	(36.688)
Auxílio alimentação	(9.659)	(8.985)
Convênio assistencial e outros benefícios	(5.221)	(3.900)
Rescisões	(8.644)	(2.195)
Férias e 13º salário	(20.255)	(20.795)
Plano de saúde	(3.260)	(9.552)
Contencioso trabalhista	(3.319)	(3.861)
Participação nos resultados	(9.835)	(8.205)
Encerramento de ordem em curso	(1.285)	(1.807)
(-) Transferências para ordens	39.609	37.062
Total	<u>(146.833)</u>	<u>(137.903)</u>

(b) Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/12		31/12/11	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Terceiros	(1.244.335)	9.463.477	(924.033)	9.109.844
Partes relacionadas	(512.083)	3.555.218	(479.624)	3.546.422
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(28.221)	241.493	(4.204)	57.373
Proinfa	(55.330)	270.111	(44.583)	260.667
Encargos Serviço Sistema - ESS	(70.723)	-	(19.265)	-
Créditos de PIS e COFINS	163.566	-	135.497	-
Total	<u>(1.747.126)</u>	<u>13.530.299</u>	<u>(1.336.212)</u>	<u>12.974.306</u>

(1) Informações não auditadas.

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/12	31/12/11
Terceiros	(200.981)	(168.181)
Partes relacionadas	(1.496)	(719)
Crédito PIS / COFINS	18.557	16.648
Outros	-	(11.065)
Total	<u>(183.920)</u>	<u>(163.317)</u>

(d) Amortização

	31/12/12	31/12/11
Quota de amortização no exercício	(145.897)	(141.814)
(-) Crédito PIS/COFINS	3.199	3.572
	<u>(142.698)</u>	<u>(138.242)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outros custos e despesas operacionais

	31/12/12	31/12/11
Seguros	(1.009)	(983)
Doações e contribuições	(536)	(1.838)
Recuperação de despesa	7.682	6.877
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(1.704)	(1.645)
Despesas de viagem	(2.570)	(1.954)
Consumo próprio e energia elétrica	(6.367)	(6.479)
Propaganda e publicidade	(2.301)	(224)
Indenização processos cíveis e fiscais	(15.155)	(17.414)
Alimentação	(1.025)	(1.023)
Encerramento de ordem em curso	(303)	(212)
Contencioso Trabalhista - Terceiros	(13.163)	(5.583)
Outros	(2.070)	(1.807)
Total	<u>(38.521)</u>	<u>(32.285)</u>

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	24.985	35.679
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	49.089	44.552
Variação monetária	18.257	44.515
Variação cambial	639	8.391
Operações swap	8.110	3.007
Receita Financeira da Concessão	23.790	-
Outras receitas financeiras	2.941	1.103
Total	<u>127.811</u>	<u>137.247</u>

Despesa Financeira	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(115.662)	(139.325)
Variação monetária	(40.414)	(58.364)
Variação cambial	(1.285)	(2.038)
Operações swap	(846)	(12.030)
Multas regulatórias	(15.195)	(18.137)
Outras despesas financeiras	(13.001)	(10.896)
Total	<u>(186.403)</u>	<u>(240.790)</u>

27. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2012 foi de R\$ 9.789 (R\$ 8.205 em 2011).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		31/12/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	347	-	6.659	541	-	4.358
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	685	-	-	592	-
			<u>347</u>	<u>685</u>	<u>6.659</u>	<u>541</u>	<u>592</u>	<u>4.358</u>
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	536	536	-	1.917	1.917	-
COSERN	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	84	383	-	357	705	-
TERMOPERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	70.048	(492.858)	-	65.833	(460.648)
	(d)	Uso da Rede	-	39	(496)	-	39	(469)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	85	-	-	441	-
			<u>-</u>	<u>70.172</u>	<u>(493.354)</u>	<u>-</u>	<u>66.312</u>	<u>(461.117)</u>
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	841	387	-	2.403	821	-
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	72	-	-	104	-
NC ENERGIA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	98	-	-	31	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(f)	Prestação de serviço	-	443	(5.625)	-	907	(4.484)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	15	-
			<u>-</u>	<u>468</u>	<u>(5.625)</u>	<u>-</u>	<u>922</u>	<u>(4.484)</u>
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	310	(2.450)	-	295	(2.314)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	63	-	-	92	-
			<u>-</u>	<u>373</u>	<u>(2.450)</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>(2.314)</u>
BAHIA PCH I	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	37	-	-	48	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	249	(1.967)	-	237	(1.858)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	41	-	-	55	-
			<u>-</u>	<u>290</u>	<u>(1.967)</u>	<u>-</u>	<u>292</u>	<u>(1.858)</u>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	18	-	-	6	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	191	(1.509)	-	182	(1.374)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	67	-
			<u>-</u>	<u>212</u>	<u>(1.509)</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>(1.374)</u>
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	1	-
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	3	(26)	-	2	(10)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	28	-	-	22	-
			<u>-</u>	<u>31</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>(10)</u>
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	45	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	27	(242)	-	26	(240)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	132	-	-	289	-
			<u>-</u>	<u>159</u>	<u>(242)</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>(240)</u>
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	506	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.680	(13.296)	-	1.603	(12.558)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	276	-	-	312	-
			<u>-</u>	<u>1.956</u>	<u>(13.296)</u>	<u>-</u>	<u>1.915</u>	<u>(12.558)</u>
CIA. TELES PIRES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	411	-	-	2.760	-
ENERGY WORKS		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	68	-	-	-	-
CAPUAVA		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	115	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	43	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	22	-	-	-	-
CALANGO 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	63	-	-	2	-
CALANGO 2	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	152	-	-	2	-
CALANGO 3	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	159	-	-	2	-
CALANGO 4	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	71	-	-	2	-
CALANGO 5	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	145	-	-	2	-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		31/12/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
MEL 2	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	27	-	-	48	-
ARIZONA 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	181	-	-	1	-
CAETITÉ 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	101	-	-	3	-
CAETITÉ 2	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	146	-	-	18	-
CAETITÉ 3	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	132	-	-	3	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(h)	Empréstimos e Financiamentos	-	297.353	(27.803)	-	254.217	(20.878)
Celpos	(g)	Contrato de Mútuo	-	143.029	(8.552)	-	147.277	(7.298)
		Contribuição Patronal	-	156.227	(1.651)	-	147.456	(1.193)
			-	299.256	(10.203)	-	294.733	(8.491)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	2.338	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	20.083	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3.152	-	-	1.081	-
	(e)	Aluguel/Comodato	-	54	(607)	-	50	(570)
			-	5.544	(607)	-	21.214	(570)
Amara Brasil	(f)	Prestação de serviço (almoxxarifado)	-	130	(2.593)	-	299	(1.972)
Outros Minoritários		Dividendos	-	1.718	-	-	325	-
		Juros sobre capital próprio	-	57	-	-	2.245	-
			-	1.775	-	-	2.570	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluyente e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

j) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 3.336 (R\$ 2.218 em 2011), a qual é considerada benefício de curto

prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Categoria	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	192.602	192.602	236.788	236.788
Títulos e valores mobiliários	9.564	9.564	34.267	34.267
Contas a receber de clientes e outros	923.455	923.455	1.237.021	1.237.021
Fundos vinculados				
Passivo				
Fornecedores	(344.821)	(344.821)	(284.603)	(284.603)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(208.350)	(208.352)	(181.236)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(568.957)	(549.041)	(549.041)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(463.049)	(463.390)	(651.112)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(5.789)	(5.789)	(6.205)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	22.178	22.178	8.387

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presentes em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap euro para CDI e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são:

					Valores de Referência						Efeito acumulado 31/12/12 Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição							
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	311	334	R\$ 837	R\$ 807	930	815	
Passiva				72,5% do CDI			R\$ 785	R\$ 843	748	876	
									182	(61)	182
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	1682	2163	R\$ 4.571	R\$ 5.235	4.857	5.390	
Passiva				92% do CDI			R\$ 4.251	R\$ 5.465	4.260	5.663	
									597	(273)	597
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a	-	-	R\$ 175.323	R\$ 175.323	208.356	181.240	
Passiva				99,5% do CDI			R\$ 172.519	R\$ 172.519	186.957	172.519	
									21.399	8.721	21.399
Total									22.178	8.387	22.178

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de risco

- Riscos financeiros

- ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 13.439 (R\$ 13.747, resultado negativo em 31 de dezembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	R\$ Mil
				Cenário (III)
Dívida em Euro	Alta do Euro	(94)	(117)	(141)
Swap Ponta Ativa em Euro	Queda do Euro	94	117	141

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuem a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Euro pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 244.297 registrados pelo valor contábil, considerando que contrato do BB Agro no montante de R\$ 186.954, possui operação de Swap atrelada ao CDI. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	5.295	3.972	2.648
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(12.804)	(16.005)	(19.206)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	25.183	31.479	37.775
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(4.451)	(5.564)	(6.677)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 185.904, sendo R\$ 179.143 em fundos exclusivos e R\$ 6.761 em outros ativos, além de R\$ 2.803 de aplicações no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Circulante				
Fornecedores	318.791	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	173.623	-	-	-
Debêntures	103.750	-	-	-
Instrumentos derivativos	(122)	-	-	-
Não circulante				
Fornecedores	-	-	-	26.030
Empréstimos e financiamentos	-	450.652	157.930	891
Debêntures	-	143.441	215.858	-
Instrumentos derivativos	-	(21.803)	(139)	(114)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 15 e 16).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

30. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos do não circulante para compra de energia são como segue:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2042	1.858.254	2.000.930	2.188.645	2.389.003	2.602.912	226.737.858

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). O CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 – CELPOS BD, com características de benefício definido é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 14.108 (R\$ 13.847 em 2011).

As contribuições provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Custo do Imobilizado em Curso	109	117
Despesas Operacionais	13.243	12.674
Total	<u>13.352</u>	<u>12.791</u>

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	13.087	12.361	129.942	134.916
	<u>13.087</u>	<u>12.361</u>	<u>129.942</u>	<u>134.916</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	152.858	144.395
Participação ativos	2.337	2.135	-	-
Desligados PDV	874	737	159	189
	<u>3.211</u>	<u>2.872</u>	<u>153.017</u>	<u>144.584</u>
Total	<u>16.298</u>	<u>15.233</u>	<u>282.959</u>	<u>279.500</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação CVM nº 600 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O parecer atuarial da CELPOS, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011 foram:

<u>Planos de benefício / Contribuição</u>	31/12/12	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,56%	9,56%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,56%	11,67%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15%/(Tempo de Serviço + 1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000 segregada por sexo	AT2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light Fraca	50% da Light Fraca
		50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	

<u>Planos de benefício / Contribuição</u>	31/12/11	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,30%	11,49%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15% / (tempo serviço + 1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 Segregada por sexo	AT 2000 Segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light franca	50% da Light franca
		50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data de aposentadoria normal e 100% na data da elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores reconhecidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	941.969	786.488	729	843
Valor justo dos ativos do plano	(497.053)	(472.191)	(4.876)	(3.149)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	444.916	314.297	(4.147)	(2.306)
Ganho (Perdas) atuariais não reconhecidas	(147.997)	(21.023)	1.854	1.898
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	(250)	(272)
Passivo (ativo) líquido	296.919	293.274	(2.543)	(680)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	1.774	-
Limite do “corredor” para reconhecimento no resultado	94.197	78.649	488	315

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo do serviço corrente	1.415	914	62	87
Juros sobre as obrigações atuariais	83.559	71.403	101	105
Rendimento esperado dos ativos do plano	(52.215)	(51.462)	(392)	(270)
Custos de amortizações	-	-	22	22
(Ganhos) / perdas reconhecidos devido ao impacto da redução no plano	-	-	(783)	(103)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	1.774	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	32.759	20.855	784	(159)

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/11	2011
Valor das obrigações no início do ano	786.488	687.038	843	879
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	1.415	914	63	87
Juros sobre a obrigação atuarial	83.559	71.403	101	105
Contribuições de participantes vertidas no ano	2.577	2.357	17	15
(-) (Ganho) / perda atuarial	125.961	80.375	(295)	(243)
(-) Benefícios pagos no ano	(58.031)	(55.599)	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	941.969	786.488	729	843

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/11	2011
Valor justo dos ativos no início do ano	472.191	446.177	3.149	2.088
Rendimento esperado no ano	52.215	51.462	392	270
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	(1.013)	(2.176)	444	150
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	29.114	29.968	874	626
Contribuições de participantes	2.577	2.357	17	15
(-) Benefícios pagos pelo plano/empresa	(58.031)	(55.598)	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	497.053	472.190	4.876	3.149

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	Plano BD	Plano CD
	2013	2013
Custo do serviço corrente	2.041	73
Juros sobre a obrigação atuarial	87.037	70
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(45.739)	(509)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	43.339	(366)

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Celpe, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela celpos.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Renda variável	19,88%	21,13%	20,90%	17,49%
Renda fixa	66,67%	68,52%	75,00%	77,57%
Imóveis	5,00%	3,00%	0,00%	0,00%
Outros	8,45%	7,35%	4,10%	4,94%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e plano de saúde, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2012, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 24.870 (R\$ 21.213 em 2011).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/12 a 08/10/13	111.437	306
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/12 a 08/10/13	136.874	376
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/12 a 08/10/13	6.000	368
Veículos	08/10/12 a 08/10/13	-	19

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 6.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 9.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por quinze dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

33. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental. As ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa. Em 2012, dentre as ações voltas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- **Rede compacta / Linha verde**

Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- **Conservação de energia**

Visando a educação ambiental e a preservação dos recursos naturais, a companhia vem investindo em projetos de eficiência energética, conforme obrigatoriedade estabelecida em contrato de concessão de energia.

A Celpe investe em projetos de diagnósticos e efficientização das instalações de clientes dos poderes públicos e privados, instituições beneficentes e educacionais e prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.

Além de sensibilizar os clientes com o programa de Eficiência Energética, a Celpe doa equipamentos eficientes (geladeiras e lâmpadas), capacita agentes comunitários e municipais das prefeituras e promove ações educacionais nas universidades, escolas e comunidades carentes.

- **Certificação ambiental ISO 14001:2004**

Em 2012, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2004. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: “Serviços administrativos” (no Edifício Sede); “Geração de energia” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha) e “Manutenção de Subestação” (nas Subestações Beberibe, João de Barros, Pina, São Caetano e Dom Avelar).

- **Licenciamento ambiental**

A CELPE mantém todas as suas Subestações, Redes de Distribuição, Linhas de Transmissão e a Usina Termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha regularizados e licenciados pelo órgão ambiental estadual e municipal. O processo de licenciamento faz parte da rotina da Companhia, bem como sua renovação que acontece anualmente.

- **Emissões atmosféricas e de ruídos**

Semestralmente, a Celpe realiza o monitoramento da qualidade do ar em decorrência da emissão de gases dos geradores da Usina Tubarão, localizada na Ilha de Fernando de Noronha, cujos resultados estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, foi realizado um estudo de dispersões de emissões gasosas que permite identificar a influência dos empreendimentos na qualidade do ar. Ficou concluído, com esse estudo, que os poluentes da Usina Tubarão apresentam valores muito abaixo dos estabelecidos pela legislação, não causando nenhum impacto ambiental à região da ilha.

Em relação aos veículos da Companhia, a Unidade de Transporte utiliza o opacímetro para monitorar os níveis de fumaça preta dos veículos a diesel da frota, sendo os veículos com emissões acima do padrão encaminhados para manutenção corretiva.

- **Programa controle de queimadas**

Desde 2009, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle à queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A iniciativa visa sensibilizar a população, as usinas e os fornecedores de cana de açúcar quanto a prática não controlada de queimadas, que podem danificar as redes de transmissão e distribuição de energia e provocar interferências no fornecimento.

A Campanha reduziu significativamente o número de desligamentos motivados pela queima não controlada de cana de açúcar sob as linhas de transmissão. Ao comparar os resultados da safra atual com a safra 2008-2009, fase de implantação da campanha, houve uma redução de aproximadamente 40% no número de desligamentos.

Ainda, com o apoio das secretarias municipais de saúde e educação, o Grupo de Trabalho realizou palestras em escolas de 5 municípios da zona da mata pernambucana, a fim de capacitar professores e agentes de saúde como multiplicadores da campanha. Também está sendo realizada ação educativa em outros 25 municípios do Estado, envolvendo a distribuição de folhetos e a veiculação de orientações em carros de som nas feiras livres. Além disso, as equipes de trabalho estão realizando visitas técnicas a usinas fornecedores de cana de açúcar, com a finalidade de orientar suas atividades de produção sob as linhas de transmissão.

- **Programa ATUAR**

O Programa ATUAR - Adequações em Trechos Urbanos para Árvores e Redes destina-se ao manejo integrado da rede elétrica e da arborização urbana na cidade do Recife com a utilização de soluções de engenharia florestal, agrônômica e elétrica, com o objetivo de preservar o meio ambiente, garantir a qualidade do fornecimento de energia e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Programa ATUAR tem por base o diagnóstico da arborização urbana com incidência sobre a rede elétrica, desenvolvido pela CELPE, que indica as necessidades de adequação na rede elétrica e na arborização.

Para assegurar resultados mais eficazes, a CELPE assinou um Convênio com a Prefeitura do Recife para realizar ações integradas diante das propostas indicadas no Diagnóstico da Arborização possibilitando a gestão da arborização do município. Tal efeito resultou em: treinamento para 16 participantes, sobre Diretrizes do Programa - Atuação e Responsabilidades; Serviço de Manutenção Programada; Apresentação dos tipos de padrões Celpe e materiais elétricos utilizados; Gerenciamento de Riscos no SEP, APR, EPI/EPC e ferramental, Responsabilidade Civil e Criminal; intervenção na vegetação em suas linhas e redes, atuando de forma preventiva e corretiva, para assegurar o fornecimento de energia elétrica.

- **Gerenciamento de resíduos**

A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, onde estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Cabe ressaltar que as empresas que atuam no gerenciamento de resíduo da CELPE são devidamente licenciadas perante os órgãos ambientais pertinentes.

- **Comissão Interinstitucional de proteção ao arboreto do Recife**

Desde 2011, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, em conjunto com a MPPE, SEMAM, EMLURB, COMPESA, CREA, CTTU, DIRCON e UFRPE, constituem uma comissão para promover ações de sensibilização quanto a importância das árvores nos centros urbanos, desenvolver treinamentos aos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife e elaborar manuais e procedimentos que auxiliem a fiscalização, por parte dos órgãos ambientais, dos serviços de poda e erradicação.

Como resultado, a comissão promoveu em 2012, campanhas educativas nos prédios da Prefeitura e agências de atendimento da CELPE e COMPESA, inseriu a temática nas contas de luz e no site da CELPE, desenvolveu o Manual de Arborização Urbana e o Programa de Planejamento e Plantio da Cidade do Recife, e elaborou a ementa do curso de capacitação dos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife.

- **Outras atividades**

Outra ação pertinente à Política de Meio Ambiente da Companhia que visa prevenir e minimizar os impactos ambientais é o apoio ao Projeto TAMAR no arquipélago de Fernando de Noronha, que objetiva proteger as tartarugas marinhas no Brasil.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

	Ativo		Resultado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Recursos aplicados	116.992	47.623	10.374	24.561

(*) Informação não auditada.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 1418, de 24/01/13, as novas tarifas de energia a serem aplicadas aos consumidores da CELPE, em decorrência do estabelecido na Lei 12.783 de 11/01/13, que tratou da antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão.

O efeito nas tarifas da CELPE foi uma redução média de 18,54%, sendo de 18,04% para os consumidores residenciais e de 20,10%, em média, para os consumidores Industriais e Comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta Tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 24/1/13.

A redução é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a antecipação da renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio reduzido para R\$ 32,89/MWh;
- Redução dos custos de transmissão;
- Redução dos encargos setoriais;
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE.

Assim, essa redução de tarifas decorrente da redução dos custos da energia comprada, da transmissão e dos encargos do setor elétrico, afetam a Parcela A, de custos não gerenciáveis da distribuidora, por isso, não haverá influência dessa redução sobre o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, nem sobre planejamento de investimento e manutenção do sistema elétrico da Celpe, uma vez que a redução de receita ocorrerá em paralelo e proporcionalmente à redução de custos associados.